

**Princípios da educação bancária na política educacional do estado do Pará**

*Principles of banking education in the educational policy of the state of Pará*

Cassio Vale  
Vinícius Renan Rigolin de Vicente  
Gilmar Pereira da Silva  
**Universidade Federal do Pará (UFPA)**  
Belém-Pará

**Resumo**

Por meio do conceito de educação bancária proposto por Paulo Freire, assim como por pesquisa bibliográfica, este texto objetiva desvelar os possíveis interesses da lógica bancária do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Central do Brasil (Bacen) na política educacional paraense. No conjunto das análises, constatou-se que, a partir da relação entre Estado e bancos, a educação no Pará vem sendo orientada por uma vertente bancária, uma vez que o papel que cabe aos sujeitos escolares é apenas o de arquivar a narração ou os depósitos oriundos dos fazedores das estratégias ditas salvacionistas, propostas pelos idealizadores da política.

**Palavras-chave:** Política educacional paraense; Educação bancária; BID; Bacen.

**Abstract**

Through bibliographical research, and the banking model of education as conceptualized by Paulo Freire, this paper aims at revealing IADB and Bacen possible interests in banking education-based practices within Pará state educational policies. The analyses allowed to realize how, in the realm of state and banks relationships, education in Pará has been informed by a banking perspective, in which the role played by school agents is that of only archiving narrations and deposits carried out by the ones who make said salvationists strategies, as they are proposed by policymakers.

**Keywords:** Educational policy in Pará state; Banking education; IADB; Bacen.

## ***Princípios da educação bancária na política educacional do estado do Pará***

### **Introdução**

A educação bancária é um conceito disseminado mundialmente pelo patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que é o terceiro autor mais citado em trabalhos acadêmicos em âmbito internacional (VEIGA, 2019, on-line). Isso se deu em grande parte pela proposta de ensino dialógica desenvolvida por Freire, referência teórico-metodológica desenvolvida em suas obras. O aspecto central da proposta está no aluno durante o processo educativo, pois, segundo Freire, a educação não cumpriria sua função transformadora<sup>1</sup> se ela ocorresse de forma apenas verticalizada – do professor para o aluno, em um processo no qual a palavra não incorpora dimensão concreta, não tem força transformadora, limitando-se ao âmbito da sonoridade.

Na visão “bancária” de educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segunda a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE, 1987, p 38).

O banco apresentado pelo autor é utilizado como metáfora para criticar uma concepção em que o aluno seria um recipiente de todas as informações presentes no conteúdo escolar sistematizado. Segundo essa ideia, ele armazenaria as informações para reproduzir o que memorizou, sem necessariamente fazer relação do que foi ensinado com sua vida cotidiana. Isso, porque a perspectiva da educação bancária considera ser possível moldar o aluno ensinando o mesmo conteúdo que será assimilado por todos.

Não é de estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos (FREIRE, 1987, p. 39).

Nesse viés, a educação não é negada enquanto essencial para a evolução da sociedade, mas é pensada segundo uma lógica elitista de manutenção do *status quo*, justamente ao ver o aluno como ajustável a um projeto de classe. Isso está relacionado a como, na lógica bancária, a repetição dos conteúdos levaria ao sucesso escolar, tal qual propõe a prerrogativa tecnicista de que a repetição leva à perfeição. Então, ao ter todos os conteúdos armazenados, o banco – que seria o aluno – estaria apto a reproduzi-los quando lhe fosse cobrado demonstrar seu conhecimento.

No momento mesmo em que se funda num conceito mecânico, estático, especializado da consciência e em que transforma por isto mesmo, os educandos em recipientes, em quase coisas, não pode esconder sua marca necrófila. Não se deixa mover pelo ânimo de libertar tarefa comum de refazerem o mundo e de torná-la mais e mais humano. Seu ânimo é justamente o contrário – o de controlar o pensar e a ação, levando os homens ao ajustamento ao mundo (FREIRE, 1987, p. 42).

A pedagogia bancária parte de uma proposta de dominação do sistema sobre a escola, da escola sobre os professores e dos professores sobre os alunos – em um processo no qual estes últimos apenas obedecem e reproduzem. Não há interesse em diálogo, crítica e/ou interação entre educando e educador, porque o que se deve privilegiar é a transmissão do conteúdo sistematizado, pensado e elaborado por um pequeno grupo social, com interesses próprios. Em razão disso, a escola – em especial, a escola pública – tornar-se-ia espaço ideal para divulgação da proposta de tal grupo.

A concepção bancária de educação é contrária ao diálogo, pois no desenvolvimento da prática pedagógica utiliza-se poucas palavras, já que “o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados” (FREIRE, 1987, p. 38). Assim, verifica-se que o educando, é o sujeito que necessita ser ensinado a não violar as regras impostas, enquanto, que o professor irá “depositar” os conteúdos em suas cabeças, como se fossem recipientes a serem preenchidos, é nesse sentido, que advêm a ideia de “bancária”.

A prática pedagógica da educação bancária é marcada pelo autoritarismo, no qual “[...] a única margem de ação que se oferece aos educandos é de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, 1987, p.37). Nessa distorcida compreensão de educação, não existe criatividade nem saber, tampouco transformação. Desse modo, compreendemos que a educação bancária não é libertadora, mas sim opressora, pois não procura a conscientização de seus educandos.

A pedagogia da educação bancária remete à educação instaurada no período da colonização do Brasil. Segundo Saviani (2008), esta baseava-se na aculturação, visto que os colonizadores buscavam inculcar seus costumes para a situação objeto de colonização. No período da colonização, tem-se o *Ratio Studiorum*<sup>2</sup>, que remonta sua origem às Constituições da Campanha de Jesus, elaboradas por Loyola, em 1522. Saviani (2008) explica que as ideias declaradas no *Ratio Studiorum* equivalem ao que se conhece na

## ***Princípios da educação bancária na política educacional do estado do Pará***

modernidade como pedagogia tradicional, assentada no ensino verbal, caracterizada pela repetição e pela memorização sem criatividade.

Para Brighente e Mesquida (2016), o *Ratio Studiorum* possuía uma coerência interna, entretanto, tornava-se incoerente na medida em que suas regras valiam para qualquer estudante, independentemente do lugar. Parecia haver uma cisão com a realidade social e política, o que também nos remete ao tipo de educação que temos na atualidade nas escolas, na qual aquilo que os docentes ensinam aos discentes parece estar distante da realidade desses últimos.

Ao analisar o viés histórico da educação brasileira, compreendemos o motivo de a escola não permitir que os corpos se libertem, humanizem-se e vivenciem sua condição natural de ser mais. A própria estrutura física da escola, as cercas, os muros, as posições dos(as) estudantes dentro das salas de aulas e a constituição de filas para manter a ordem já esperam os discentes para moldá-los, discipliná-los e dizer a eles como seus corpos devem se comportar. Com isso, o processo de ensino e aprendizagem é caracterizado desse modo (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016).

Neste sentido, a educação bancária molda os indivíduos como seres passivos, que são compreendidos como sujeitos de adaptação e ajustamento, que tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos “depósitos” recebidos. Assim, ela minimiza o poder de criação, estimula a ingenuidade e satisfaz o interesse dos opressores, que é transformar a mentalidade dos oprimidos, e não a situação que os oprime (FREIRE, 1987).

Não é nosso interesse esgotar os debates sobre a proposta de educação bancária descrita por Paulo Freire, nem mesmo realizar afirmações detalhadas sobre o sentido político, social ou educativo da crítica feita por esse educador a esse modelo de educação. Antes, almejamos enfatizar como a concepção de educação bancária ainda se faz presente na conjuntura brasileira e paraense, tomada enquanto objeto de análise neste estudo. Desse modo, cabe evidenciar como a perspectiva homogeneizadora da educação bancária e o interesse de um projeto societário que quer se materializar por meio da escola se fazem presentes na política educacional do estado do Pará, marcadamente quando grupos particulares tentam impor seus ideais por meio de ações na educação, consolidando uma prática que anestesia e inibe o poder criador dos sujeitos, mantendo a imersão da realidade e a concebendo como algo vazio a ser preenchido pelos opressores.

Nesse sentido, usaremos como exemplos do modelo de educação bancária no estado do Pará a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Central do Brasil (BACEN), que realizam parcerias com o governo local na perspectiva de promover ações para melhoria da educação, segundo o discurso oficial. Trata-se de um contexto no qual as ações efetuadas estão distantes do sujeito e da realidade em que estes vivem e exercem o ato cognoscente frente ao objeto cognoscível, distância que se mantém quando do preparo das intervenções na política educacional.

Logo, é bancária porque o papel que cabe aos sujeitos é apenas o de arquivar a narração ou os depósitos procedidos pelos fazedores das estratégias salvacionistas, que não lhes permitem conhecer, mas estimulam a memorizar o conteúdo narrado pelos idealizadores da política. Por sua vez, isso se dá porque “o objeto que deveria ser posto como incidência de seu ato cognoscente é posse do educador e não mediatizador da reflexão crítica de ambos” (FREIRE, 1987, p. 45). Assim, temos por objetivo neste artigo desvelar os possíveis interesses da lógica bancária do BID e do BACEN na política educacional paraense.

Nossas análises se pautarão em duas propostas governamentais do Pará, que são: o “Pacto pela Educação do Pará”, lançado no ano de 2013, com vigência de cinco anos; e o “Movimento Educa Pará: todos juntos pela garantia do direito de aprender”, lançado pelo governo estadual no ano de 2019, e que ainda está em vigência. Cabe destacar que ambas contaram com a participação do BID e do BACEN, respectivamente, por meio de parcerias público-privadas na perspectiva de melhoria do cenário educacional.

Em relação aos procedimentos metodológicos, serão realizadas interlocuções com autores como: Freire (1987), que nos dá subsídios sobre o conceito de educação bancária; Paulani (2008), Santos (2017) e Vale (2017), que analisam as relações entre o público e o privado na política educacional brasileira e paraense; e algumas informações decorrentes de reportagens feitas pela Imprensa Oficial do Estado do Pará, que permitem desvelar informações sobre a atuação do BID e do Bacen na educação paraense.

### **A educação a serviço do desenvolvimento: o interesse de investimento do Banco Mundial na educação brasileira**

Nos anos 1990, a política educacional brasileira passou por mudanças significativas quanto a seu teor e perspectiva, estando orientada a partir de então por princípios

## ***Princípios da educação bancária na política educacional do estado do Pará***

neoliberais assumidos pelo Estado brasileiro. Foi algo que ocorreu desde a gestão de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e se refina até os dias atuais, sem rompimento dessa lógica, independentemente do governante e partido político que estão no poder.

Demarcamos os anos 1990 como início dessa proposta aqui no Brasil, porque essa lógica foi o carro-chefe da propaganda eleitoral de Collor de Mello, o qual veio a assumir a presidência do país na sequência. É necessário destacar o alinhamento de suas propostas com o Consenso de Washington, em 1989, que reuniu economistas de várias partes do mundo a fim de elaborar orientações para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, para melhorarem suas economias, de modo a gerar investimentos em diversas áreas sociais, entre as quais estava a educação.

Tal processo foi acelerado na gestão de Fernando Henrique Cardoso ([FHC] 1995-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cujo discurso estava afinado com princípios neoliberais de privatização e Estado mínimo. Durante o primeiro ano de sua gestão, esse alinhamento culminou na aprovação do manifesto intitulado *Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado* (PDRAE), que escancarava a celebração de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada. Nessa configuração, o setor privado ampliaria seu espaço na tomada de decisões das políticas educacionais, intensificando o uso de elementos próprios do mundo dos negócios na educação, tais como: meritocracia, gestão por resultados, competição e *rankings*. Nesse período, os bancos passaram também a ganhar destaque para atuar em setores sociais, como a educação, o que se ampliou ainda mais na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), porque a gestão petista materializou o projeto neoliberal de FHC para a educação brasileira (PAULANI, 2008).

A partir de então os bancos passaram a atuar de forma direta junto aos governos desses países por meio de empréstimos. Esses países também recebiam orientações de como deveriam realizar os investimentos por área de prioridade. Nesse cenário, destaca-se o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial, pois “a fim de garantir a estabilidade econômica dos países em desenvolvimento, as questões sociais tornaram-se essenciais para o Banco Mundial” (ALTMANN, 2002, p. 79). Além disso, segundo Mota Junior e Maués (2014, p. 1142):

As condicionalidades, portanto, estariam a serviço da estratégia do BM de promover o ajuste estrutural macroeconômico necessário à inserção do Brasil e

demais países periféricos no processo de globalização neoliberal, o que significou, no caso do Brasil a partir do governo de Collor de Melo (1990-1992), a radicalização da liberalização da economia, com as privatizações dela decorrentes, e a destruição de um precário Estado Social por meio de uma contrarreforma do Estado, cujos efeitos mais visíveis sobre a educação básica e superior são o avanço do setor privado, a precarização do público e a penetração dos mecanismos e valores de mercado sobre a gestão, o financiamento, a avaliação e a produção de conhecimento.

Nesse sentido, há um certo projeto de sociedade proposto pelo Banco Mundial para os países em desenvolvimento, de modo que tais orientações são essenciais para concretização de um tal projeto. O empréstimo desses países junto ao Banco, a exemplo do Brasil, faz com que a abrangência dessas orientações seja cada vez maior, ampliando o poder dessa instituição em âmbito global, já que tem um domínio duplo sobre os países. O primeiro aspecto desse domínio está relacionado ao recurso que deve ser pago, e o segundo – a nosso ver, o mais importante – está relacionado à assessoria de que os países ficam reféns, de modo a investirem empréstimos realizados. O destaque do Banco Mundial dado aqui se deve ao fato de ele não ser um banco comum, com interesses estritamente lucrativos, visto que seu projeto é maior, pois é ideológico, voltado para disseminar suas propostas de desenvolvimento. Diante disso, o investimento em educação dos países em desenvolvimento é ponte indispensável para concretizar sua proposta.

Lucena (2016) destaca que o Banco continua suas ações na educação porque é essencial investir em qualidade educacional, ensinando aos alunos habilidades para o trabalho, a fim de se alcançar o objetivo de acabar com a extrema pobreza até o ano de 2030. Logo, o desenvolvimento econômico perpassa por investimento em capital humano, e a educação é utilizada a serviço do desenvolvimento econômico.

Ainda de acordo com a autora, este banco realiza ações em diversos setores da educação, enfatizando o que é qualidade, equidade, avaliação, o papel docente e tantas outras questões, porque faz uma análise do todo – sendo sua principal função, para essa área social, os trabalhos de assessoria que balizam as políticas públicas. Desse modo, há um projeto definido pelo Banco Mundial, no qual a educação é utilizada como motor para se alcançar tal propósito, o que acaba incluindo o Brasil enquanto país desenvolvimentista.

A vertente bancária de atuação no setor educacional é uma realidade no cenário brasileiro, dando-se por meio de empréstimos para o Estado, assessoria, coordenação de projetos e afins. Especificamente no estado Pará, a lógica se coaduna com a perspectiva

## ***Princípios da educação bancária na política educacional do estado do Pará***

nacional por meio do BID e do Bacen – que, em nosso levantamento, atuam na educação paraense de maneira mais incisiva desde o ano de 2013 até os dias atuais, por meio da relação entre o setor público e a iniciativa privada.

### **Do BID ao Bacen na política educacional paraense<sup>3</sup>**

De acordo com informações do seu website oficial (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, [20--], on-line), o BID foi fundado em 1959 e, desde outubro de 2020 até hoje, tem como Presidente Maurício Claver-Carone. A instituição se autointitula como a principal fonte de financiamento de desenvolvimento da América Latina e Caribe, atuando com empréstimos, subsídios e cooperação técnica. Além disso, a partir de sua visão, defende que nos locais onde atua houve êxito no acesso à educação em todos os níveis educacionais. “No entanto, evidências internacionais recentes mostram que a qualidade é essencial para o crescimento e desenvolvimento econômico e, na região, a aprendizagem dos alunos ainda é baixa, desigual e inadequada” (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, [20--], on-line).

As áreas atuais de intervenção do Banco incluem três desafios de desenvolvimento – inclusão social e equidade, produtividade e inovação e integração econômica – e três temas transversais – igualdade de gênero e diversidade, mudança climática e sustentabilidade do meio ambiente, e capacidade institucional do Estado e Estado de direito (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, [20--], on-line).

Ainda de acordo com informações de seu website oficial, suas ações para a educação são propostas por especialistas, em coadunação com orientações internacionais para a área. Por isso mesmo, continuaria investindo na América Latina e Caribe, na perspectiva de promover ensino e aprendizagem eficazes para os alunos dessa região.

Santos (2017) destaca que as parcerias público-privadas no Pará são celebradas há muitos anos. Como acontece historicamente no Brasil, particularmente na educação, ocorrem desde os anos 2000 por meio de convênios, ações conjuntas, contratos e outras formas de atuação do Estado com a iniciativa privada. Ao longo de duas décadas, vários representantes do empresariado vêm atuando com o governo estadual e com as prefeituras municipais sob a lógica de necessidade de parcerias para melhoria do cenário da educação, que é mensurado por índices, com destaque para Natura, Instituto Ayrton Senna, Fundação Vale e outros.



A atuação do BID no estado do Pará ocorreu por meio do projeto intitulado “Pacto pela Educação do Pará”, lançado em março de 2013, o qual tinha o propósito de realizar parcerias com diversos setores da sociedade civil, num esforço integrado entre governo, organizações não governamentais (ONGs), setores internacionais, entre outros, para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 30% num período de cinco anos. O BID investiu recursos financeiros para serem investidos em reforma de escolas, formação de professores e outras questões na educação do Pará (PARÁ, 2013, on-line).

A celebração de parcerias entre o Estado e instituições privadas, com destaque para o BID foram firmadas ao longo desse Programa, o que intensificou a desestatização da educação paraense na transferência de responsabilidade do Estado para os parceiros na gestão e/ou condução de ações nas escolas afinadas com a lógica do mercado.

Esse pacto foi lançado na gestão do então governador Simão Robson de Oliveira Jatene (2011-2018), com a orientação de firmar parcerias público-privadas na perspectiva de melhoria do cenário educacional paraense. O ex-governador é do mesmo partido político de FHC (PSDB), que defende de maneira mais incisiva na esfera federal a participação do setor privado. Isso incluiria bancos atuando junto ao setor público na condução da educação, seja por meio do financiamento ou assessoria técnica, por exemplo, permitindo de alguma maneira que a lógica bancária se introduza em um espaço de formação humana – a escola.

Ao tratar especialmente do BID na educação paraense, identificamos a parceria estabelecida junto ao governo estadual, o que tornou essencial o lançamento das propostas do “Pacto pela Educação do Pará” para a sociedade paraense, mesmo que não tenha alcançado grandes impactos numéricos e/ou aspectos qualitativos capazes de justificar o empréstimo realizado junto a esse banco. O aspecto concreto das ações dessa proposta governamental foi a aprovação de um arcabouço jurídico que facilitou o estabelecimento de parcerias público-privadas, além de impor mudanças significativas para aqueles que almejassem o cargo de gestão das escolas estaduais paraenses; a esse respeito, é importante destacar os elementos contraditórios via decretos, que impuseram diversos pré-requisitos para candidatura do cargo. Ainda assim, tratou-se de um Pacto realizado em gabinete, centralizado pelo governo estadual, com relações verticalizadas

### ***Princípios da educação bancária na política educacional do estado do Pará***

com as escolas públicas, que apenas aderiram, sem haver consulta prévia sobre seus anseios. Ou seja, não foi uma ação construída de forma democrática, e o que se obteve de resultados foi insatisfatório para a educação pública do estado do Pará (VALE, 2017).

Segundo o site da Secretaria de Planejamento do Pará (Seplan), em 2016, ainda na vigência do Pacto, a então secretária estadual de Educação, Ana Cláudia Hage, participou de um evento promovido pelo BID, intitulado “Soluções efetivas em Educação” (PARÁ, 2016, on-line). O propósito do evento era reunir representantes dos projetos de educação dos governos estaduais e municipais brasileiros que receberam apoio do Banco, os quais deveriam apresentar os resultados dos projetos. Destaca-se como, até aquele ano no Pará, o governo estadual havia recebido desse ente um valor de R\$ 350 milhões com contrapartida local (PARÁ, 2016, on-line).

Nesse viés, uma das possíveis consequências da educação bancária para a realidade paraense é exatamente a execução da política sem os partícipes da comunidade escolar, que apenas executam o que fora decidido em instâncias superiores, tendo em vista como muitos podem nem saber que possuem o direito à participação na tomada de decisões, já que a educação recebida pode não ter sido aquela transformadora (FREIRE, 1987).

Além disso, o setor público fica subserviente à prestação de informações para o Banco ao participar de eventos que, em tese, demonstram para a sociedade o quanto a lógica bancária é positiva, de modo que deva ser replicada em outras realidades. Discordamos em parte disso, porque os critérios que mensuram a dita eficiência muitas vezes podem não representar a realidade dos sujeitos que executam a política.

O segundo exemplo de atuação de bancos na política educacional paraense é do Bacen. De acordo com informações de seu site oficial, este foi fundado em 1964 e atualmente é presidido por Roberto Campos Neto (BRASIL, [20--]). Está vinculado diretamente ao Ministério da Fazenda, tem sede em Brasília e atua em todo o território nacional. Seu regimento interno contém 108 páginas, definindo toda organização do banco e sua atuação em diversos setores sociais, a exemplo da educação. É possível ver essa ênfase, particularmente, nos Artigos 4º e 50, que discorrem sobre um Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e Organização (DEPES), o qual fica subordinado à Presidência do Banco e é responsável por “formular, executar e avaliar as políticas e as diretrizes de educação corporativa e gestão do conhecimento” (BRASIL, [2020]).

Destacamos também como uma das atribuições da Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta aquela relacionada

à promoção da cidadania financeira da população, compreendendo os aspectos de inclusão financeira, de educação financeira e de proteção ao usuário de produtos e serviços financeiros, por meio de ações educativas voltadas a provê-lo de ferramentas e indicadores para a tomada de decisões adequadas e conscientes, com foco na estabilidade do sistema financeiro e no bem-estar financeiro do cidadão (BRASIL, [2020], art. 21, alínea c).

Por meio da leitura de regimento interno, é possível identificar a preocupação do Bacen com a educação financeira de seu quadro de funcionários e com projetos externos para a população em geral. Justamente nesse campo se dá sua parceria via cooperação técnica com o governo do estado do Pará, por meio do “Movimento Educa Pará: todos juntos pela garantia do direito de aprender”, lançado em julho de 2019, na gestão do governador Helder Barbalho (2019-atual). Segundo as próprias palavras do governador, “algo extremamente importante para adicionar à grade curricular, que é a orientação das finanças, da poupança, o saber lidar com as receitas familiares, introduzindo esse conhecimento nas bases educacionais [...]” (PARÁ, 2019a, on-line).

O “Movimento Educa Pará: todos juntos pela garantia do direito de aprender” é desenvolvido pelo estado e municípios, gestores e educadores, para implementar a *Agenda da Aprendizagem* (CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO; UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, 2019). Trata-se de um documento lançado em março de 2019, pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que contou também com a contribuição de secretários estaduais e municipais de Educação; na agenda, foram traçados objetivos e orientações para a educação pública brasileira no biênio 2019-2021.

De acordo com publicação da Agência Pará, esse Movimento vem sendo executado por meio de três estratégias: 1) Pedagógica, que analisou os indicadores nacionais e regionais de educação e definiu as ações prioritárias; 2) garantia dos 200 dias de ano letivo e do calendário escolar; e 3) infraestrutura das escolas com reforma, ampliação ou construção (PARÁ, 2019b, on-line).

É importante destacar que, embora o Bacen atue com foco na educação financeira – como prevê seu regimento interno –, neste projeto “Movimento Educa Pará: todos

## ***Princípios da educação bancária na política educacional do estado do Pará***

juntos pela garantia do direito de aprender”, vimos em nossas primeiras análises sobre a parceria como o banco ampliou sua atuação na educação paraense.

A Seduc disponibilizará os espaços de aprendizado, enquanto o Bacen entrará com o material e a formação dos educadores. A parceria contempla desde a formação inicial de professores e diretores, até a avaliação de impacto, passando pela confecção de materiais específicos e aderentes à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (PARÁ, 2019a, on-line).

Nesse viés, destacamos que não se trata somente de introduzir a educação financeira como tema transversal do currículo, pois o Bacen terá relativa autonomia para disseminar sua lógica própria por meio dessas formações, o que irá requerer vigilância constante por parte do poder público para que se respeite a autonomia de cada escola. Destacamos também que o BID se mantém parceiro das atuais ações do governo estadual nesse mesmo projeto, com investimento de 200 milhões, ou seja, foi dada continuidade à parceria com o BID e se iniciou a parceria com o Bacen, demonstrando-se assim que os ideais bancários por meio de assessoria, financiamento e formação docente são a aposta da atual gestão.

### **Considerações finais**

A educação bancária é uma concepção bastante criticada pelos educadores brasileiros, uma vez que parte da compreensão do aluno como um recipiente no qual serão depositados os conteúdos escolares sistematizados, de modo que o treinamento constante o deixaria apto para usar tais conteúdos sempre que fosse preciso. Isso o limitaria a ser mero repetidor desses conteúdos, em uma recusa a estimular seu raciocínio crítico, indo na contramão do que propõe uma educação dialógica e transformadora.

A atuação de bancos na educação brasileira é uma realidade desde os anos de 1990, com destaque para o Banco Mundial como ente privado, que vem investindo de forma intensa na educação. Esta é entendida como motor social na visão mercadológica, ou seja, a educação é utilizada a serviço do desenvolvimento econômico, mas um desenvolvimento em prol de um projeto de sociedade que mantém as desigualdades sociais.

Os resultados revelaram que a política educacional no estado do Pará vem sendo realizada em simetria com a realidade nacional de estímulo de parcerias público-privadas como justificativa para melhoria dos índices educacionais. No Pará, identificamos a atuação do BID e do Bacen como bancos que investem em ações do governo estadual e inserem sua lógica própria de educação afinada com ideais neoliberais. Não se trata apenas de

empréstimos financeiros realizados pelo governo estadual para investimento na educação; o que consideramos agravante é uma possível subordinação da educação pública aos interesses de uma proposta de educação bancária, porque os dois bancos dão assessoria e realizam formação e avaliação da realidade educacional do Pará.

Do conjunto das análises, foi possível desvelar os possíveis interesses da lógica bancária do BID e do Bacen na política educacional paraense, tendo em vista que tiveram algumas consequências, tais como: a) empréstimos do governo estadual que serão pagos com juros; b) subserviência da educação pública democrática à assessoria técnica privada; c) entrega de relatórios por parte do Estado aos parceiros privados; d) material próprio imposto pelo setor privado e sua lógica de mercado; além de e) formação de professores balizada pelo viés mercantil bancário.

Com isso, essa atuação coloca os sujeitos paraenses na condição de uma percepção fatalista da realidade, cuja superação encontra-se dependente de uma condição mágica ou ingênua que estes tenham dessa realidade (assessoria, formação e avaliação), a qual nega a possibilidade de que os sujeitos a tomem enquanto problema, justamente por meio de uma prática em que sejam capazes de perceber-se enquanto percebem a realidade e assim objetivam-na. Dessa forma, os próprios sujeitos podem apropriar-se desta realidade como realidade histórica, portanto, passível de transformação a ser levada a cabo por aqueles que são sujeitos do seu próprio movimento, e não meramente reprodutores de uma educação bancária proposta por grupos privados.

### Referências

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Informações básicas. **BID**, [on-line], [20--]. Disponível em: <[tinyurl.com/2jz5wkhn](http://tinyurl.com/2jz5wkhn)>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Organograma da Instituição. **Banco Central do Brasil**, [on-line], [20--]. Disponível em: <[tinyurl.com/yrby5uu7](http://tinyurl.com/yrby5uu7)>. Acesso em: 4 abr. 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Regimento Interno do Banco Central do Brasil**. Brasília: BCB, [2020]. Disponível em: <[tinyurl.com/jbsht7bm](http://tinyurl.com/jbsht7bm)>. Acesso em: 9 abr. 2020.

BRIGHENTE, M. F; MESQUIDA, P. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Pro-Posições**, Campinas, v. 27, n. 1 (79), p. 155-177, jan./abr. 2016

## **Princípios da educação bancária na política educacional do estado do Pará**

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO (CONSED); UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME). **Agenda da Aprendizagem**. Brasília: CONSED; UNDIME, 2019. Disponível em: <tinyurl.com/ehx866zy>. Acesso em: 7 abr. 2021.

FONSECA, S. M. A hegemonia jesuítica (1549-1759). **HISTEDBR**, [on-line], 2006. Disponível em: <tinyurl.com/4rh944k4>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUCENA, E. V. **O Banco Mundial e as políticas públicas para a educação no Brasil**: reflexões sobre o papel do Estado e o direito à educação. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

MOTA JUNIOR, W. P. MAUÉS, O. C. O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez 2014.

PARÁ (Estado). Imprensa Oficial do Estado do Pará. Governo e sociedade lançam Pacto pela Educação do Pará. **IOEPA**, [on-line], 26 mar. 2013. Disponível em: <tinyurl.com/4u9mtkbz>. Acesso em: 8 abr. 2021.

PARÁ (Estado). Secretaria de Planejamento. Pará apresenta ao BID resultados positivos na área da educação. **Secretaria de Planejamento**, [on-line], 6 maio 2016. Disponível em: <tinyurl.com/4aprfn9d>. Acesso em: 9 abr. 2021.

PARÁ (Estado). Agência Pará. Pará adere a projeto nacional e vai inserir educação financeira no currículo das escolas públicas. **Agência Pará**, [on-line], 3 dez. 2019a. Disponível em: <tinyurl.com/6ymtmn75>. Acesso em: 27 mar. 2021.

PARÁ (Estado). Agência Pará. Seduc entregou 27 escolas reformadas, ampliadas ou reconstruídas em 2019. **Agência Pará**, [on-line], 27 dez. 2019b. Disponível em: <tinyurl.com/w5zn9bxy>. Acesso em: 9 abr. 2021.

PAULANI, L. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 67-107.

SANTOS, T. F. A. M. As parcerias público-privadas no contexto educacional amazônico: novas formas para velhas questões. **Revista Margens Interdisciplinar**, Abaetetuba, v. 11, n. 16. p. 9-24, jun. 2017.

SAVIANI, D. O Legado Educacional do Regime Militar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

VALE, Cassio. **Subsunção do público ao privado na educação paraense**. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

VEIGA, E. Paulo Freire: como é visto no exterior o legado do educador brasileiro. **UOL**, [on-line], 12 jan. 2019. Educação. Disponível em: <tinyurl.com/4us2mhfr>. Acesso em: 5 abr. 2021.

## Notas

<sup>1</sup> “A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação ‘bancária’, mas um ato cognoscente” (FREIRE, 1987, p. 44).

<sup>2</sup> O *Ratio Studiorum* foi o método pedagógico dos jesuítas, publicado em 1599, sistematizado a partir das experiências pedagógicas que tiveram início no Colégio de Messina. O método de estudos contido no *Ratio* compreendia o trinômio estudar, repetir e disputar, prescrito nas regras do Reitor do Colégio, e como exercícios escolares havia a preleção, lição de cor, composição e desafio, práticas pedagógicas essas que remetem diretamente à escolástica medieval, configurando-se como Pedagogia Tradicional, que na sua vertente religiosa, tornava a educação sinônima de catequese e evangelização. A educação almejada tinha como meta a formação do homem perfeito, do bom cristão e era centrada em um currículo de educação literária e humanista voltada para a elite colonial (FONSECA, 2006).

<sup>3</sup> Pesquisa Financiada pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA).

## Sobre os autores

### Cassio Vale

Doutorando na área da Educação (UFPA). Mestre em Educação (UFPA). Professor externo da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática (Observe/UFPA).

E-mail: [cassiovale07@yahoo.com.br](mailto:cassiovale07@yahoo.com.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8956-4536>

### Vinícius Renan Rigolin de Vicente

Doutorando na área da Educação (UFPA). Mestre em Educação (UEM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI/UEM).

E-mail: [viniciusrigolin@hotmail.com](mailto:viniciusrigolin@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0687-449X>

### Gilmar Pereira da Silva

Doutor em Educação (UFRN). Professor da Universidade Federal do Pará onde atualmente exerce a função de vice-reitor.

E-mail: [gpsilva@ufpa.br](mailto:gpsilva@ufpa.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9814-9089>

Recebido em: 21/01/2022

Aceito para publicação em: 02/02/2022